



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



5

Discurso na solenidade de apresentação dos estagiários da Escola Superior de Guerra – ESG

BRASÍLIA, DF, 12 DE JULHO DE 2000

Senhor General-de-Divisão Alberto Mendes Cardoso, Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência; Excelentíssimo Senhor General-de-divisão, Théo Espíndola Basto, Comandante da Escola Superior de Guerra; Senhores Oficiais-Generais; Senhores Oficiais; Senhoras e Senhores,

Para mim sempre é uma satisfação poder ter a oportunidade de um contato direto com os estagiários da Escola Superior de Guerra e conversar, como costumo fazer, de uma maneira aberta, franca, sobre alguns dos temas que, normalmente, dizem respeito às grandes questões nacionais.

Tenho repetido essa experiência, não só com os estagiários da Escola Superior de Guerra mas, também, no que diz respeito a boa parte das nossas Forças Armadas, nos vários cursos das várias Armas. E tem sido sempre, para mim, muito importante poder ter esse contato pessoal e direto.

Desculpem-me por um leve atraso. Estou chegando de São Paulo e não queria deixar de aproveitar todos os instantes de que dispomos

para, mesmo que seja de uma maneira rápida, transmitir aos que me estão ouvindo a minha visão a respeito de alguns problemas que são cruciais para o Brasil e para o nosso tempo.

Em primeiro lugar, no que diz respeito às grandes questões internacionais, talvez eu reitere matéria que já seja do conhecimento dos Senhores e das Senhoras, mas acho que é importante começar por uma análise da conjuntura internacional.

Depois do fim da Guerra Fria, quando imaginávamos que partiríamos para um mundo multipolar, estamos assistindo à formação de um mundo praticamente unipolar, embora, ao dizer que o mundo seja unipolar, eu não esteja expressando a existência de homogeneidade ao redor dos interesses que se espalham pelo globo, mas estou expressando, apenas, o fato de que os Estados Unidos, que são um país dominante, nesse momento, na cena internacional, levam uma dianteira tão grande em termos tecnológicos, militares, econômicos e até mesmo culturais, que se tem a impressão de existir uma única direção.

Impressão talvez enganosa porque, na verdade, nunca, na História, esse fenômeno se deu dessa forma. Talvez lá atrás, na época da dominação romana – mas, mesmo lá, evidentemente, havia outros pólos, como ainda hoje os há, pelo mundo afora.

Mas coloca-se um problema, que é mais complexo, nesse momento. É que ao lado da existência a que acabo de me referir, que é uma obviedade, existe um outro processo, que ultrapassa fronteiras e, de alguma maneira, condiciona as nossas reflexões sobre a conjuntura internacional e, até mesmo, sobre conjunturas nacionais. É o que diz respeito ao que aqui se deu por chamar de “globalização”.

Esse processo, muitas vezes, se confunde, porque tem várias dimensões. Obviamente, a Humanidade já conheceu, em outros momentos da História, a expansão de mercados. A própria descoberta do Brasil é fruto de uma expansão do mercado. O mercado capitalista europeu, na sua fase de expansão comercial, deu margem a que houvesse os grandes descobrimentos como busca de rotas de comércio, os quais resultaram na integração de porções não conhecidas pelo mundo até então vigente, o mundo ocidental da época, e que

passaram a se incorporar numa expansão grande. Tiveram como resultado não apenas a descoberta, por parte dos europeus, de civilizações existentes na China e na Ásia em geral, mas a incorporação das Américas e, mais tarde, da África e assim por diante.

Portanto, a novidade não está na existência de um processo simplesmente de expansão comercial ou mesmo de expansão industrial – já houve a expansão industrial. Essa expansão industrial se delineava já no século XIX. No século XX, na primeira metade do século XX, já era claro que haveria uma expansão industrial e havia vários pólos de desenvolvimento industrial no mundo. Com a característica, na época, de que havia uma forte concentração de produção industrial nos países mais desenvolvidos da Europa e nos Estados Unidos e, mais tarde, no Japão.

Esses pólos de industrialização de alguma maneira se relacionavam com o resto do mundo, em termos de intercâmbio, em que se trocavam matérias-primas e produtos primários por produtos industrializados. Havia, portanto, já um movimento de globalização e bastante assimétrico, já que baseado numa diferença muito grande de sistemas produtivos.

Pois bem, é a isso que nos referimos hoje, quando falamos de globalização, porque são fenômenos já normais do desenvolvimento da História dos últimos séculos. Nós nos referimos mais diretamente a dois processos, que têm consequências muito importantes. Quais são esses dois processos? O primeiro é uma revolução tecnológica muito grande, também conhecida por todos: revolução no sistema de comunicações, revolução no sistema de transporte, mais tarde a questão dos computadores, da Internet, a possibilidade, portanto, de comunicação, em tempo real, em qualquer que seja o setor do globo em que as pessoas se encontrem, e mesmo fora do globo.

Isso produziu uma transformação imensa, porque teve consequências sobre o processo econômico. Foi possível reorganizar a produção a partir desse fato. Foi possível haver uma redistribuição, uma nova divisão internacional do trabalho, inclusive do trabalho produtivo, em função da possibilidade de controles remotos e de infor-

mação instantânea de um setor do globo para outro setor do globo. Esse é um condicionante importante.

Mas o outro, que é o mais impactante hoje, em função mesmo das transformações tecnológicas, é o fato de que houve uma imensa mobilidade do sistema financeiro, dos capitais que se deslocaram no espaço com uma rapidez muito grande.

Se olharmos os dados – não vou aqui me referir a dados, porque não creio que seja o caso – vamos ver que a quantidade de recursos que, hoje, vai de um país para o outro é da ordem de mais de 600 bilhões de dólares ao ano. Refiro-me ao investimento direto. Isso é um fato absolutamente inusitado. Sem pensar no outro, que é do capital financeiro propriamente dito – porque eu me referi a 600 bilhões de dólares de investimento – onde se chega à casa dos trilhões com os movimentos que ocorrem no mundo.

E isso tudo teve consequências imensas. Houve deslocamentos de centros de produção, deslocamento de centros de concentração de riqueza e de poder. Por outro lado, esse processo mostra, hoje, que as fronteiras nacionais são insuficientes para conter os fluxos de capital e, mesmo, os fluxos de investimento. E os países deixaram de ser pensados por eles próprios, de forma autárquica, porque o sistema produtivo se diversificou.

Para dar um exemplo que é nosso – talvez os mais cheios de êxitos e produtos mais recentes, nossos –, são os aviões que fabricamos aqui e estamos vendendo. A asa é feita na Espanha. Um pedaço do trem de aterrissagem é feito no Chile, e por aí vai, para dar um exemplo direto nosso. Mas isso é geral. No mundo, hoje, isso é geral. Os componentes se distribuem pelo mundo afora.

Então, estamos diante, efetivamente, de um mundo que é novo, nesse sentido. Não por causa da expansão comercial, da expansão do capitalismo, que vem de séculos, mas a forma que essa expansão assume hoje e que integrou partes distantes do planeta.

É por isso que esse mundo unipolar se transformou em algo nunca visto: porque, apesar de toda essa transformação, existe uma certa concentração de riqueza e de poder num dos pólos. Mas não é o

único. Não é o único e, certamente, o que nós estamos assistindo agora é que –, se bem que exista essa modificação imensa na base produtiva e nos processos que chamamos de globalização, que são os que já citei –, existe uma espécie de déficit de decisões em nível global.

O mundo se interligou no plano produtivo, no plano econômico, às vezes, até mesmo no plano cultural. A transmissão de idéias é muito rápida, mas os pólos de decisão não existem, com legitimidade, em nível internacional. O grande instrumento dessa legitimação foi o criado depois da Segunda Guerra Mundial, que foi o sistema Organização das Nações Unidas e de seu Conselho de Segurança. De alguma maneira, passou a ficar pequeno, diante das mudanças rápidas que ocorrem, dos desafios que ocorrem e do poderio que se concentrou não apenas num país mas num grupo de países. Normalmente se fala do G-7, G-8, como um exemplo. Evidentemente há mais países que pesam nesse contexto, mas obviamente eles dispõem de uma capacidade de decisão e de reação que é mais rápida do que o mecanismo de decisão e de reação daquele mecanismo formal, que é o sistema das Nações Unidas e mesmo do que o Conselho de Segurança da ONU.

Tanto é assim que, na última crise que nós vimos, na Europa, o papel do Conselho de Segurança foi um papel relativamente modesto diante das decisões tomadas pela União Européia e, até mesmo, por países individuais. E nós já tínhamos assistido ao mesmo processo na Guerra do Golfo.

Há, portanto – foi a expressão que usei – uma espécie de déficit de governabilidade mundial, ao mesmo tempo que existe um enorme entrosamento do sistema produtivo internacional, até mesmo pelos mecanismos de transferência cultural da sociabilidade em nível internacional. As organizações não-governamentais operam, hoje, com muita velocidade e o fazem transnacionalmente. Assim como operam as organizações produtivas. Os Estados Nacionais têm mais dificuldade de uma ação coordenada. E não existe um mecanismo definido nisso.

Estamos assistindo, ainda, a uma redefinição desse processo, também nesse nível político. Essa redefinição se está dando por meio de blocos regionais. A União Européia é um bloco regional. Ela, no seu

conjunto, hoje, tem um peso equivalente aos Estados Unidos, talvez ao Acordo de Livre Comércio da América do Norte – Nafta. Nós, aqui, estamos no Mercosul, que é outro bloco regional, para mencionar os blocos que nos interessam de forma mais imediata.

Esses blocos regionais têm uma importância estratégica. Não apenas porque eles fazem parte do movimento de globalização do sistema produtivo, mas porque fazem parte, também, embora não se tenha, talvez, consciência de todas as consequências disso, de uma nova organização política, de sistemas decisórios e mecanismos de reagir aos sistemas decisórios. E, se eu pudesse ousar dizer, diria: que se contrapõem à unipolaridade.

Obviamente, no nosso caso, estamos diretamente envolvidos no bloco chamado Mercosul. E a política brasileira, nesse sentido, é uma política clara de fortalecimento do Mercosul, de integração no Mercosul, de expansão desses mecanismos do Mercosul e de busca de relacionamento com os outros blocos o quanto possível, escudados no *label*, na marca Mercosul.

Temos feito um grande esforço com a União Européia. Há, desde 95, um acordo-quadro entre a União Européia e o Mercosul, e estamos propugnando a formação de um acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Européia. Com todas as dificuldades que daí advêm – pelas diferenças de interesse econômico direto, pela possibilidade de acesso a mercados dos produtos agrícolas nossos, que encontram dificuldades, por parte do protecionismo europeu e por outras dificuldades mais –, avança-se, a despeito disso, nessa direção. Da mesma maneira como os Estados Unidos propugnam a Área de Livre Comércio das Américas – Alca, que é a integração hemisférica.

E a posição do Brasil é de compreensão desse processo de integração hemisférica. Mas é uma preocupação de que essas negociações, que serão definidas em 2005, sejam, como se diz na linguagem diplomática, que levem em consideração um *single undertaking*, quer dizer, não é para negociar um pedacinho e não outro. Abrem-se os serviços aqui, mas o aço do Brasil não entra lá. Isso não. Ou se discute tudo ou, então, não há o acordo. O acordo tem que ser um acordo global.

Obviamente, depois da reunião que tivemos em Belo Horizonte, com os países da América Latina, que se alinharam à nossa posição, e do reforço do Mercosul nessa mesma direção, estamos ganhando capacidade negociadora. Da mesma maneira, nos interessa a ligação com a União Européia porque, também, se assegura capacidade negociadora nesses processos.

Esses processos existem. São, talvez, a forma de redistribuição do poder no mundo contemporâneo, mas eles requerem cuidados porque o interesse nacional não desaparece. Embora o Estado Nacional disponha, hoje, de menos recursos, no sentido de poder se isolar como autarquia, porque o processo econômico não permite isso; nem os processos culturais, nem os meios de comunicação – isso não quer dizer que o interesse nacional não exista e que, portanto, em cada passo a ser dado não se pergunte, primeiro, qual é o interesse nacional e de que maneira ele pode ser melhor resguardado, neste mundo que é, como já descrevi, um mundo difícil, em que há uma reorganização, não só da produção mas, também, do equilíbrio de poder.

Isso só se verá mais claro no decorrer deste século em que nós estamos entrando agora, quando vamos ver de que forma se vai configurar o mundo pós-queda do muro de Berlim. Vai, realmente, ser um mundo em que será possível maior espaço para que os interesses dos distintos blocos e dos distintos países se apresentem com legitimidade, na arena internacional, ou vai ser um mundo que não dará espaço para isso?. Obviamente, vamos trabalhar para que haja espaço.

E curiosamente – curiosamente, não – mas é de notar que já se verificam vários mecanismos que são de distribuição de poder no mundo, que não aparecem como formais mas que têm importância. Eu me referi ao G-7, ao G-8. Recentemente, há uns dois anos, foi criado, inclusive por insistência nossa – e não só, obviamente – um outro grupo chamado G-20, que já inclui os países ditos emergentes ou que estão em processo de desenvolvimento e que discute questões relativas ao controle dos mecanismos financeiros; à renegociação de todas as instituições que foram criadas depois da Segunda Grande Guerra, em Bretton Woods; ao papel do Banco Mundial; o papel do

Fundo Monetário Internacional; discute também até que ponto será possível haver maior transparência e maior credibilidade nas contas dos países, não só dos emergentes, mas também dos desenvolvidos; bem como os efeitos que as perturbações no mercado financeiro podem ocasionar, mesmo nos grandes países ou principalmente neles, pode ocasionar nos países que estão em processo de crescimento, ou naqueles que não têm nenhuma condição, ainda, de uma integração nesse processo mais global, como muitos países africanos e alguns sul-americanos ou latino-americanos.

Enfim, se discute, nesses grupos que estão em elaboração, digamos, a arquitetura desse novo sistema não só financeiro, que é o que se costuma dizer, mas o sistema político internacional. E o Brasil não pode ficar alheio a essa discussão. E não pode apenas esperar pelas consequências dela. Tem que participar da discussão e tem que ter uma posição ativa na construção dessa nova ordem.

Portanto, não vejo a nova ordem em elaboração como uma ordem da qual o Brasil tenha que ser excluído. Pelo contrário. O Brasil é um país que tem condições razoáveis para, também sem nenhuma vocação hegemônica – porque não a temos –, mas para ter uma participação ativa nessa renegociação da ordem econômica e da ordem política internacional.

Toda a nossa diplomacia está orientada nessa direção. E a minha ação pessoal, como Presidente, também está orientada nessa direção, na direção de termos, de constituirmos a possibilidade de uma presença mais favorável aos interesses nacionais, nas condições em que o mundo existe hoje e não nas condições do passado, porque o passado é o passado. Temos que olhar do presente para o futuro, mas criando os espaços necessários para que o Brasil possa aí ter uma inserção positiva para o nosso povo e positiva para o conjunto dos países do bloco ao qual pertencemos.

Convoquei, agora, uma reunião aqui, em Brasília, nos dias 31 de agosto e 1º de setembro, dos Presidentes da América do Sul. É a primeira vez que se faz isso. Não se trata da América Latina nem do Mercosul, mas América do Sul. Por que América do Sul? Porque é a

nossa circunstância geográfica e histórica e é o nosso espaço de diálogo econômico, cultural, político e, também, porque precisamos, nessa visão de que o futuro vai depender da nossa capacidade de estarmos integrados no nosso bloco e termos uma ação proativa sobre o plano universal, de que essa integração se faça de uma maneira que seja positiva.

Daí porque, na reunião dos Presidentes que convoquei, pedi ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID, que preparasse – como fizemos no Brasil com o Programa Avança Brasil – uma programação, um planejamento para que possamos ver o que vai acontecer nas próximas décadas, em termos de energia, de transporte, de telecomunicações, de regulação de todas essas áreas. Em termos, enfim, das leis que são necessárias para que haja a possibilidade de uma mais rápida integração, a mobilização de recursos para que isso ocorra, para que nós possamos integrar, efetivamente, o País num espaço maior, até mesmo do que o Mercosul, que precisa de um espaço como o da América do Sul.

Obviamente, se fizemos isso nesse momento, isso não quer dizer que o Brasil não tenha uma posição muito favorável, muito ativa, na América Latina, e que um parceiro como o México, por exemplo, não seja bastante importante para o Brasil, porque é. E me apraz muito dizer que o novo Presidente do México, na primeira declaração que fez – me fez pelo telefone e reiterou pelos jornais – busca um contato com o Brasil, com o Mercosul, porque aquele país faz parte desse sistema, também. E, como nós costumamos dizer, na linguagem do Itamaraty, trata-se de uma integração, de um regionalismo aberto. Não se trata de um isolamento regional, mas de um regionalismo que permita uma abertura maior.

E, como o Brasil é o país, na nossa área, mais populoso, maior geograficamente e mais rico economicamente, ele não pode, também, ter a pretensão de, para poder ter um papel importante, construtivo, no novo mundo, de exercer hegemonias baseadas em idéias de mera grandeza nacional, de imposição da nossa vontade, porque não é assim que o mundo se desenvolve hoje. Tem que ser um mundo, no nosso

plano aqui, cooperativo, um mundo efetivamente integrador, e que tenhamos as cartas na mesa, juntamente com os nossos parceiros.

Também é óbvio que, nesse processo, a relação do Brasil com a Argentina é uma relação-chave. E por sorte, para nós, a relação é muito positiva, é crescentemente positiva a do Brasil com a Argentina. Estamos, agora, fazendo um grande esforço, juntamente com os nossos parceiros do Uruguai, do Paraguai e da Bolívia, que se integrou a esse mecanismo, um grande esforço para que o Chile possa se aproximar ainda mais desse bloco do Mercosul.

Por coincidência, ainda hoje receberei o Presidente do Chile para jantar, na primeira visita oficial que ele nos faz e, certamente, esses temas vão ser discutidos. Claro, existem muitos problemas de ordem técnica, de ordem econômica. Não é o caso de discutir agora. Não se trata de uma integração fácil, mas é uma integração desejável para o nosso subcontinente e para os interesses de cada uma das nossas nações.

Esse processo todo, no qual estamos nos situando, não é um processo que se faça com menosprezo por outras áreas que não são as áreas aqui mencionadas. Para o Brasil, a África – sobretudo a África Austral – vai ser sempre uma área de interesse. Também não por acaso, domingo que vem irei para Moçambique. É importante que o Brasil tenha uma presença, sobretudo na África de língua portuguesa, e uma relação muito sólida com a África do Sul, com a Namíbia, com a parte sul da África.

Temos uma política, também, muito clara, de amizade com os países da Ásia. O Japão já é um investidor importante no Brasil. Temos uma população de origem nipônica importante no Brasil. A China e a Índia. E não deixamos de lado os países do Sudeste da Ásia – a Malásia e outros mais, como a Indonésia – mas China e Japão, principalmente, para o nosso caso, são países importantes para o Brasil como para o Mercosul. Como lhes disse, estive no almoço lá, com o Rei da Espanha em São Paulo, e com o Ministro do Exterior da Espanha, e eles reafirmaram o interesse até de uma ação cooperativa com o Brasil, no nosso relacionamento com alguns desses países da Ásia.

Portanto, é um regionalismo realmente aberto. Mas, para que possamos, nesse novo mundo que se está desenhando, ter uma presença construtiva e ativa, obviamente nós temos questões decisivas que são internas. Temos que ter condições internas de crescimento econômico, de combate à pobreza, de maior igualdade social, de melhoria das condições de vida, de melhoria da educação e assim por diante, para que nós possamos, realmente, participar desse mundo novo no qual o conhecimento é decisivo para as chances de uma sobrevivência política ativa e mesmo para a chance de desenvolvimento econômico e tudo o mais.

E isso requer – ou, no nosso caso, requereu – muitas transformações, porque toda a nossa História sofreu como que um corte. A nossa História, no passado, era normal que assim fosse, estava baseada – eu vou exagerar – quase na idéia de autarquia: “Vamos produzir nós mesmos tudo o que precisamos, aqui dentro. O petróleo tem que ser extraído aqui, a energia mais do que o petróleo”. Pouco a pouco, isso foi mudando, não de agora. Começou a mudar com Itaipu. Hoje, já é muito mais ampla a idéia de que se tem que trazer energia elétrica da Argentina, energia elétrica da Venezuela, gás da Bolívia, gás da Argentina, e por aí vai. Mas, no passado, não se pensava assim. Nem isso era algo que se vislumbrasse como um caminho. Vislumbrava-se, ao contrário, uma autarquiação.

Assim como houve essa mudança de visão, pelas novas condições de produção do mundo, também houve uma mudança de visão no que diz respeito às fontes para assegurar um crescimento econômico que permita o desempenho do País num nível de satisfação que a população requer e de presença no Brasil como nação, no contexto internacional.

Num dado momento da nossa História, nós capitalizamos fortemente, por meio do Estado. Não havia alternativa. Não vou entrar em detalhes, porque o processo é conhecido das senhoras e dos senhores. Não teria sido possível fazer a produção de aço no Brasil, não fosse uma ação do Estado. Aliás, no tempo de Getúlio Vargas tentou-se sem o Estado. Volta Redonda não nasceu como empresa